

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 JUNHO DE 2019 E 2018

		Em Reais	
		30/06/2019	30/06/2018
ATIVO			
Circulante		751.425.656,08	549.552.674,57
Disponibilidades	Nota 4	6.000,00	6.000,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 5	563.517.262,86	383.143.365,61
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		563.517.262,86	383.143.365,61
Títulos e Valores Mobiliários	Nota 6	171.914.407,03	153.917.619,13
Carteira Própria		171.914.407,03	153.917.619,13
Operações de Crédito	Nota 7	15.280.522,18	11.687.009,94
Operações de Crédito		15.280.522,18	11.709.526,00
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)		-	(22.516,06)
Outros Créditos	Nota 8	618.584,42	707.640,84
Rendas a Receber		97,84	114,98
Diversos		618.486,58	707.525,86
Outros Valores e Bens	Nota 9	88.879,59	91.039,05
Outros Valores e Bens		24.851,26	172.981,09
(Provisões para Desvalorizações)		-	(151.200,00)
Despesas Antecipadas		64.028,33	69.257,96
Não Circulante		75.280.651,55	294.422.978,23
Realizável a Longo Prazo		46.900.066,82	268.171.729,96
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 5	36.497.418,66	110.252.693,25
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		36.497.418,66	110.252.693,25
Títulos e Valores Mobiliários	Nota 6	7.668.134,18	153.306.855,87
Carteira Própria		7.668.134,18	153.306.855,87
Operações de Crédito	Nota 7	2.725.000,82	4.612.180,84
Operações de Crédito		2.725.000,82	4.612.180,84
Outros Créditos	Nota 8	9.513,16	-
Diversos		9.513,16	-
Permanente		28.380.584,73	26.251.248,27
Investimentos	Nota 10	26.433.940,93	24.115.909,01
Participações em Cooperativas, Banco e Outras		26.433.940,93	24.115.909,01
Imobilizado em Uso	Nota 11	1.917.517,34	2.086.512,33
Imóveis de Uso		1.307.558,57	1.307.558,57
Outras Imobilizações de Uso		1.860.090,77	1.772.333,81
(Depreciações Acumuladas)		(1.250.132,00)	(993.380,05)
Intangível		29.126,46	48.826,93
Ativos Intangíveis		192.855,48	185.915,48
(Amortização Acumulada)		(163.729,02)	(137.088,55)
Diferido		-	-
TOTAL DO ATIVO		826.706.307,63	843.975.652,80

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 JUNHO DE 2019 E 2018

		Em Reais	
		30/06/19	30/06/18
PASSIVO			
Circulante		774.157.599,39	802.555.786,90
Depósitos	Nota 12	973.637,05	797.515,30
Depósitos à Vista		973.637,05	797.515,30
Relações Interfinanceiras	Nota 13	768.099.469,06	796.251.026,46
Centralização Financeira - Cooperativas		768.099.469,06	796.251.026,46
Outras Obrigações	Nota 14	5.084.493,28	5.507.245,14
Sociais e Estatutárias		304.140,01	171.819,35
Fiscais e Previdenciárias		253.882,55	222.251,74
Diversas		4.526.470,72	5.113.174,05
Não Circulante		12.000,00	12.000,00
Outras Obrigações	Nota 14	12.000,00	12.000,00
Diversas		12.000,00	12.000,00
Patrimônio Líquido	Nota 16	52.536.708,24	41.407.865,90
Capital Social		44.077.415,00	37.227.358,00
De Domiciliados no País		44.077.415,00	37.227.358,00
Reserva de Sobras		1.218.876,19	778.933,34
Sobras Acumuladas		7.240.417,05	3.401.574,56
TOTAL		826.706.307,63	843.975.652,80

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

DESCRIÇÃO		Em Reais	
		30/06/19	30/06/18
RECEITAS (INGRESSOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	Nota 18	24.666.349,55	23.040.324,50
Operações de Crédito		469.854,68	643.235,48
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		24.196.494,87	22.397.089,02
DESPESAS (DISPÊNDIOS) DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		-	(65.375,14)
Operações de Captação no Mercado		-	(56.892,26)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-	(8.482,88)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		24.666.349,55	22.974.949,36
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (INGRESSOS/DISPÊNDIOS) OPERACIONAIS		(21.167.534,38)	(19.564.091,54)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	Nota 19	9.607,16	24.632,01
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	Nota 20	841,03	1.291,04
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	Nota 21	(4.051.656,79)	(3.764.593,36)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	Nota 22	(1.683.110,46)	(1.712.512,85)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(23.412,11)	(25.077,19)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	Nota 23	8.430.197,45	8.262.490,81
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	Nota 24	(3.781,25)	(11.095,93)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	Nota 13	(23.846.219,41)	(22.339.226,07)
RESULTADO OPERACIONAL		3.498.815,17	3.410.857,82
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		5.900,59	(4.188,11)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		3.504.715,76	3.406.669,71
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.812,90)	(5.095,15)
Provisão para Imposto de Renda		(1.906,45)	(2.388,35)
Provisão para Contribuição Social		(1.906,45)	(2.706,80)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO		3.500.902,86	3.401.574,56

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018

Eventos		Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou	Em Reais
		Capital Subscrito	Reserva de Capital	Fundo de Reserva	Perdas Acumuladas	Totais
Saldo em 31/12/2017		36.691.748,00		778.933,34	2.784.286,77	40.254.968,11
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		535.610,00				535.610,00
Sobras ou Perdas Líquidas dos Tributos					3.401.574,56	3.401.574,56
Destinação das Sobras Exercício Anterior:					-	
. Fundo Sicoob FRS					(2.784.286,77)	(2.784.286,77)
Saldos em 30/06/2018	Nota 16	37.227.358,00	-	778.933,34	3.401.574,56	41.407.865,90
Saldos em 31/12/2018		39.083.975,00		1.218.876,19	3.739.514,19	44.042.365,38
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Sobras à Distribuir					-	-
Movimentação de Capital:						
Por Subscrição/Realização		4.993.440,00				4.993.440,00
Sobras ou Perdas Líquidas					3.500.902,86	3.500.902,86
Saldos em 30/06/2019	Nota 16	44.077.415,00	-	1.218.876,19	7.240.417,05	52.536.708,24

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO NORTE DO BRASIL - SICOOB NORTE

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018		
DESCRIÇÃO	Em Reais	
	30/06/2019	30/06/2018
Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas do Exercício	3.500.902,86	3.401.574,56
Provisão para Operações de Crédito	-	8.482,88
Depreciações e Amortizações	147.016,82	143.816,93
	3.647.919,68	3.553.874,37
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.535.766,70	(114.483.984,62)
Títulos e Valores Mobiliários	(16.397.891,54)	(23.011.728,73)
Relações Interdependências	-	-
Operações de Crédito	(9.046.324,73)	(249.274,51)
Outros Créditos	(276.265,29)	(155.515,18)
Outros Valores e Bens	(59.416,74)	(17.460,86)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos a Vista	8.715,94	604.053,61
Outras Obrigações	94.519,83	936.751,95
Relações Interfinanceiras	(14.643.365,79)	130.435.620,62
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(34.136.341,94)	(2.387.663,35)
Atividades de Investimentos		
Aplicação no Intangível	(6.940,00)	-
Aquisição De Imobilizado de Uso	(39.680,57)	(80.789,57)
Aquisição de investimentos	(2.318.031,92)	(2.436.544,96)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.364.652,49)	(2.517.334,53)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	4.993.440,00	535.610,00
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao Fundo Sicoob FRS	-	(2.784.286,77)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	4.993.440,00	(2.248.676,77)
Aumento / Redução Líquida no Caixa e Equiv. De Caixa	(31.507.554,43)	(7.153.674,65)
Modificações no Caixa e Equiv. De Caixa		
No Início do Período	81.386.476,88	49.900.805,72
No Fim do Período	49.878.922,45	42.747.131,07
Varição Líquida do Caixa e Equiv. De Caixa	(31.507.554,43)	(7.153.674,65)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018**

(Valores expressos em Reais)

1. Contexto Operacional

A **Cooperativa Central De Crédito do Norte Do Brasil – SICOOB NORTE**, é uma cooperativa central de crédito, instituição financeira não bancária, fundada em 17/10/1998, e componente da **Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB NORTE** encerrou o primeiro semestre de 2019 contando com 09 (nove) Cooperativas Singulares em seu quadro de associadas que estão distribuídas nas seguintes localidades:

Localidade	Quantidade de Singulares
Buritis/RO	1
Ji-Paraná/RO	1
Manaus/AM	1
Ouro Preto do Oeste/RO	1
Pimenta Bueno/RO	1
Porto Velho/RO	2
Rio Branco/AC	1
Vilhena/RO	1

O **SICOOB NORTE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN,

apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06/08/2019.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Depósitos

Os são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de junho de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2019.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Disponibilidades	6.000,00	6.000,00
Fundo de Investimento Bancoob Centralização (a)	49.872.922,45	42.741.131,07
Total	49.878.922,45	42.747.131,07

(a) O Fundo de Investimento Bancoob Centralização é utilizado pela Central para gestão de fluxo de caixa e tem características de equivalentes de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 98% e 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 30/06/2019 e 30/06/2018 foram respectivamente R\$ 18.726.423,77 e R\$ 13.368.474,22.

6. Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2019 e 2018, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Carteira por tipo de ativo	30/06/2019	30/06/2018
Letra Financeira do Tesouro	7.668.134,18	162.320.340,33
Fundo de Investimento Bancoob Centralização (a)	49.872.922,45	42.741.131,07
Fundo Sicoob Institucional	122.041.484,58	102.163.003,60
Total	179.582.541,21	307.224.475,00
Circulante	171.914.407,03	153.917.619,13
Não Circulante	7.668.134,18	153.306.855,87

Os rendimentos auferidos com títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 30/06/2019 e 30/06/2018 foram respectivamente R\$ 5.470.071,10 e R\$ 9.028.614,80.

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2019			30/06/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	15.280.522,18	2.725.000,82	18.005.523,00	14.791.961,13
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	1.529.745,71
(-) Provisões para Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	(22.516,06)
TOTAL	15.280.522,18	2.725.000,82	18.005.523,00	16.299.190,78

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 30/06/2019	Provisões 30/06/2019	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018
AA	-	Normal	18.005.523,00	18.005.523,00		14.237.838,07	
B	1%	Normal	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00	(20.000,00)
C	3%	Normal	0,00	0,00	0,00	83.868,77	(2.516,06)
Total Normal			18.005.523,00	18.005.523,00	0,00	16.321.706,84	(22.516,06)
Total Geral			18.005.523,00	18.005.523,00	0,00	16.321.706,84	(22.516,06)
Total Líquido			18.005.523,00	18.005.523,00		16.299.190,78	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	6.330.522,39	8.949.999,79	2.725.000,82	18.005.523,00
TOTAL	6.330.522,39	8.949.999,79	2.725.000,82	18.005.523,00

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo	Total Carteira 30/06/2019	% da Carteira
Inst. Financeiras	18.005.523,00	18.005.523,00	100%
TOTAL	18.005.523,00	18.005.523,00	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Saldo inicial	-	(25.557,71)
Constituições/Reversões	-	3.041,65
TOTAL	-	(22,516,06)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2019	% Carteira Total	30/06/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	10.000.000,00	56,00%	9.654.000,92	59,00%
10 Maiores Devedores	18.005.523,00	100,00%	16.321.706,84	100,00%
50 Maiores Devedores	18.005.523,00	100,00%	16.321.706,84	100,00%

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2019		Total	30/06/2018
	Circulante	Não Circulante		
Rendas a Receber	97,84	0,00	97,84	114,98
Adiantamentos e Antec. Salariais (a)	159.288,16	0,00	159.288,16	147.809,03
Adiantamentos Para Pagamento de Nossa Conta (b)	65.019,78	0,00	65.019,78	131.090,31
Devedores Por Depósitos em Garantias (trabalhista)	0,00	9.513,16	9.513,16	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações	0,00	0,00	0,00	8.849,38
Adiantamentos para despesas diversas	0,00	0,00	0,00	48.951,00
Pagamentos a Ressarcir (c)	394.178,57	0,00	394.178,57	0,00
Títulos e Créditos a Receber	0,00	0,00	0,00	10.937,50
Devedores Diversos – País	0,07	0,00	0,07	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	359.888,64
Total	618.584,42	9.513,16	628.097,58	707.640,84

- a) Refere-se a adiantamentos de salários, 13º salário e férias.
- b) Refere-se aos adiantamentos para despesas de viagens, serviços de consultoria e para custeio de projeto de desenvolvimento do planejamento estratégico do Sicoob Norte;
- c) Refere-se as despesas custeadas pelo Sicoob Norte a serem ressarcidas pelas Filiadas em forma de rateio.

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	30/06/2018
Bens Não de Uso Próprio	0,00	151.200,00
Material em Estoque	24.851,26	21.781,09
(Provisões para Desvalorizações)	0,00	(151.200,00)
Despesas Antecipadas (a)	64.028,33	69.257,96
TOTAL	88.879,59	91.039,05

- a) Refere-se ao pagamento de despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, IPTU, vale alimentação, contribuição cooperativista que serão apropriados em conta de resultado por competência.

10. Investimentos

O saldo é composto conforme demonstrado no quadro abaixo:

Empresas Investidas	30/06/2019	30/06/2018
Banco Cooperativo - BANCOOB	17.816.629,00	15.509.905,79
CONFEBRÁS	632,47	632,47
Sicoob Confederação	8.196.963,33	8.185.654,62
Conf. Nac. Aud. Cooperativa - CNAC	287.216,13	287.216,13
ANNELLUS Assessoria Ltda	120.000,00	120.000,00
Sicoob Adm. e Corretora de Seguros	12.500,00	12.500,00
Total	26.433.940,93	24.115.909,01

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2019	30/06/2018
Terrenos		260.000,00	260.000,00
Edificações	4%	1.047.558,57	1.047.558,57
Instalações	10%	546.804,73	546.804,73
Móveis e equipamentos de Uso	10%	533.280,70	533.480,78
Sistema de Comunicação	10%	59.308,56	60.590,67
Sistema de Processamento de Dados	20%	690.256,48	601.017,33
Sistema de Segurança	10%	30.440,30	30.440,30
(-) Depreciações Acumuladas		(1.250.132,00)	(993.380,05)
TOTAL		1.917.517,34	2.086.512,33

12. Depósitos à vista

O saldo de depósito à vista refere-se a recursos do Fundo de Prevenção ao Risco Sistêmico do Sistema Sicoob Norte, constituído com recursos destinados de sobras acumuladas do Sicoob Norte, com disponibilidade é imediata

13. Relações Interfinanceiras

Refere-se aos valores mantidos pelas cooperativas integrantes do Sistema **SICOOB NORTE** para fins de centralização financeira. A remuneração média da centralização financeira no semestre foi de 101,18% do CDI, no valor de R\$ 23.846.219,41. No primeiro semestre de 2018, a média foi de 99,80% do CDI, no valor de R\$ 22.339.226,07 e sua liquidez é imediata. A remuneração da centralização financeira paga pela Central às suas cooperativas singulares é classificada como Dispêndios com Depósitos Intercooperativos.

14. Outras Obrigações

Descrição	30/06/2019			30/06/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Sociais e Estatutárias	304.140,01	0,00	304.140,01	171.819,35
FATES - Resultado de Atos com Associados (a)	304.140,01	0,00	304.140,01	165.063,94
FATES - Resultado de Atos com Não Associados (a)	0,00	0,00	0,00	6.755,41
Fiscais e Previdenciárias	253.882,55	0,00	253.882,55	222.251,74
Prov. para tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e ISSQN)	1.872,21	0,00	1.872,21	962,89
Impostos e Contribuições S/Serviços Terceiros	45.556,92	0,00	45.556,92	32.590,83
Impostos e Contribuições s/ salários	206.453,42	0,00	206.453,42	188.698,02
Diversas	4.526.470,72	0,00	4.526.470,72	5.125.174,05
Fornecedores	49.981,09	0,00	49.981,09	87.801,65
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	749.188,94	0,00	749.188,94	634.887,85
Provisão para Contingências (Nota 28)	0,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
Pendências a Regularizar (c)	54.642,70	0,00	54.642,70	115.246,09
Crédito de Filiadas (d)	3.669.018,87	0,00	3.669.018,87	4.186.574,38
Pagamentos a Processar	3.639,12	0,00	3.639,12	88.664,08
Total	5.084.493,28	12.000,00	5.096.493,28	5.519.245,14

- (a) Registro dos recursos do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa Central, constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.
- (b) Neste grupo de contas estão registradas as provisões de encargos e contribuições sobre salários dos empregados do SICOOB NORTE;
- (c) Refere-se às pendências a regularizar no processamento de operações no sistema financeiro, cuja conciliação se dá no mês subsequente ao registro.
- (d) Provisão do rateio dos rendimentos da centralização financeira depositados na central, repassados no mês subsequente às cooperativas singulares filiadas à Central.

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB NORTE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito e depósitos à vista.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

No primeiro semestre de 2019 o Sicoob Central Norte não operou com instrumentos financeiros derivativos.

16. Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido em 30/06/2019 está composto pelas seguintes contas:

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado até a data do encerramento do primeiro semestre de 2019 apresenta a seguinte evolução em comparação ao primeiro semestre de 2018:

Qtde Cotas	Custo Unitário	30/06/2019	30/06/2018	Evolução %
44.077.415	1	44.077.415,00	-	18,40%
37.227.358	1	-	37.227.358,00	-
09 Cooperativas de crédito associadas em 30/06/2019				

b) Fundo de reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades nos termos da Lei 5.764/71.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

As sobras líquidas apuradas no exercício de 2018, no montante de R\$ 3.739.514,19, conforme deliberação da AGO realizada em 28/02/19, serão destinadas à formação da Sociedade Garantidora de Crédito – SGC. Esse recurso ficará registrado a título de sobras acumuladas até que SGC seja formalmente constituída, quando então o recurso será destinado.

Detalhamento do saldo apresentado no balanço:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Sobras de Exercícios Anteriores	3.739.514,19	-
Sobras do Primeiro Semestre 2019	3.500.902,86	3.401.574,56
Total	7.240.417,05	3.401.574,56

O resultado das sobras do primeiro semestre de 2019 no valor de R\$ 3.500.902,86, será levado à Assembleia Geral Ordinária, que acontecerá no exercício de 2020 para deliberação sobre sua destinação.

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Receita de prestação de serviços	8.597,16	23.853,01

Despesas específicas de atos não cooperativos	(854,45)	(2.306,59)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.490,80)	(4.168,82)
Resultado operacional	6.251,91	17.377,60
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	5.900,59	-4.188,11
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.152,50	13.189,49
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.812,90)	(5.095,15)
Resultado de Atos com Não Associados (Lucro Líquido)	8.339,60	8.094,34

18. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de Empréstimos	407.983,84	586.859,09
Rendas de Financiamentos	8.025,69	56.376,39
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18.726.423,74	13.368.474,22
Rendas de Títulos de Renda Fixa	5.470.344,20	9.028.614,80
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	53.845,15	0
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	-273,07	0
TOTAL	24.666.349,55	23.040.324,50

19. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Rendas de Cobrança	1.010,00	779,00
Rendas de Outros Serviços	8.597,16	23.853,01
TOTAL	9.607,16	24.632,01

20. Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias

Descrição	30/06/19	30/06/18
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	841,03	1.291,04
TOTAL	841,03	1.291,04

21. Despesas (Dispêndios) de Pessoal

Descrição	30/06/19	30/06/18
Dispêndios De Honorários	(685.228,05)	(635.316,00)
Assistência Médica	(61.539,72)	(37.572,50)
Vale Transporte	(3.189,04)	(6.415,98)
Alimentação Do Trabalhador	(367.636,36)	(298.565,00)
Seguros	(780,00)	(868,00)
Dispêndios De Pessoal - Encargos Sociais	(826.845,43)	(760.695,05)
Salários	(1.510.633,69)	(1.374.608,41)
Horas Extras	(1.435,39)	(47.864,71)
13º Salário	(151.782,28)	(136.902,23)
Gratificações	(89.769,98)	(77.034,37)
Férias	(207.334,11)	(179.757,37)
Rescisões Contratuais	(73.929,42)	(65.991,53)
Outros	(3.641,01)	(11.576,65)
Dispêndios De Remuneração De Estagiários	(4.993,55)	(6.027,36)

Despesas com Auxílios	(21.829,66)	(14.188,76)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(41.089,10)	(111.209,44)
TOTAL	(4.051.656,79)	(3.764.593,36)

22. Outros Dispendios Administrativos

Descrição	30/06/19	30/06/18
Despesas de Água, Energia e Gás	(32.091,16)	(30.562,98)
Despesas de Aluguéis	(21.032,80)	(15.456,00)
Despesas de Comunicações	(64.805,97)	(53.557,69)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(35.173,92)	(34.322,51)
Despesas de Material	(24.407,94)	(36.442,69)
Despesas de Processamento de Dados	(147.464,28)	(87.675,11)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(26.829,21)	(135.397,76)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(71.286,91)	(131.381,90)
Despesas de Publicações	(6.087,56)	(11.991,60)
Despesas de Seguros	(17.242,76)	(22.191,65)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(39.909,16)	(55.497,19)
Despesas de Serviços de Terceiros	(29.037,03)	(22.628,01)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(12.550,26)	(9.854,65)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(93.125,72)	(74.911,55)
Despesas de Transporte	(3.044,17)	(3.586,20)
Despesas de Viagem ao Exterior	(878,51)	-
Despesas de Viagem no País	(368.809,82)	(363.739,67)
Outras Despesas Administrativas	(518.656,07)	(478.998,76)
Despesas de Amortização	(13.481,27)	(13.159,20)
Despesas de Depreciação	(133.535,55)	(130.657,73)
Emolumentos judiciais e cartorários	(6.354,98)	-
Contribuição a OCE	(17.223,52)	(500,00)
Rateio de despesa do Sicoob	(81,89)	-
TOTAL	(1.683.110,46)	(1.712.512,85)

23. Outras Receitas (Ingressos) Operacionais

Descrição	30/06/19	30/06/18
Recuperação de Encargos e Despesas	13.121,80	28.342,12
Deduções e abatimentos	3.588,54	-
Receita de Dividendos	2.307.781,97	1.759.590,59
Rateio de despesas da central entre filiadas	6.060.506,28	6.061.681,81
Distribuição de Sobras da Confederação	11.308,71	-
Outras rendas operacionais	33.890,15	412.876,29
TOTAL	8.430.197,45	8.262.490,81

24. Outras Despesas Operacionais

Descrição	30/06/19	30/06/18
Outras Despesas Operacionais	(3.781,25)	(5.611,20)
Descontos concedidos - operações de crédito	-	(5.484,73)
TOTAL	(3.781,25)	(11.095,93)

25. Partes Relacionadas

a) Cooperativas Singulares

Transação	Ativo/ (Passivo/PL)		Receitas/ (Despesas)	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Operações de Crédito	18.005.523,00	16.321.706,84	469.854,68	643.235,48
Valores a receber				
Rateio/Alocação Filiadas			6.060.506,28	6.061.681,81
Centralização Financeira	768.099.469,06	(796.251.026,46)	(23.846.219,41)	(22.339.226,07)
Rendimentos da centralização a pagar mês 06/2019	(3.669.018,87)	(4.186.574,38)		
Patrimônio Líquido				
Capital Social	(44.077.415,00)	(37.227.358,00)	-	

b) Remunerações de partes relacionadas

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo **SICOOB NORTE** do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

Descrição	30/06/2019	30/06/2018
Honorários	467.795,37	393.023,00
Cédulas de Presença	192.500,00	127.000,00
Gratificação da Diretoria	24.932,68	23.793,00
Encargos Sociais	142.366,88	142.366,88
TOTAL	827.594,93	686.182,88

26. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. A melhoria realizada tem por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

26.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2019		30/06/2018	
	Provisão para demandas judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para demandas	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	0,00	9.513,16	0,00	0,00
Outros	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00
TOTAL	12.000,00	9.513,16	12.000,00	0,00



Em 30/06/2019, a cooperativa figurava no polo passivo de demandas judiciais com risco de perda possível, conforme posicionamento da assessoria jurídica, com montante estimado de perda total no valor de R\$ 203.245,75, em 2 ações de natureza trabalhista e duas ações de natureza cível.

Porto Velho/RO, 15 de agosto de 2019.

Francisco Barbosa de Souza
Diretor Operacional

Altair Schramm de Souza
Diretor Adm./Financeiro

José Carlos Correa da Cunha
Contador CRC-RO 2897/0-5

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil - Sicoob Central Norte
Porto Velho - RO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil - Sicoob Central Norte, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Central Norte em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – destinação de sobras de exercícios anteriores

Conforme Nota Explicativa número 16.c, a Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 28 de fevereiro de 2019, aprovou a destinação das sobras do exercício de 2018, no montante de R\$ 3.739.514,18, para constituição da Sociedade Garantidora de Crédito – SGC. A Administração do Sicoob Central Norte, com base no fato de a citada sociedade ainda não ter sido criada e de não haver perspectivas acerca de sua constituição, decidiu pela manutenção das sobras no Patrimônio Líquido, como sobras acumuladas de exercícios anteriores. A destinação desses recursos somente será realizada quando ocorrer a constituição formal e efetiva da SGC, momento em que as sobras deverão ser transferidas à sociedade para início de suas atividades operacionais. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 23 de agosto de 2019.



Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC DF 0194817/O-4
CNAI 2090

ANEXO DA ATA DA 168ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO SICOOB NORTE REALIZADA NO DIA 27.08.2019.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho fiscal da Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil - **SICOOB NORTE**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.502.131/0001-65, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis do primeiro semestre de 2019 e fundamentado no Parecer da Auditoria Independente realizada pela empresa Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC, datado de 23 de agosto de 2019, declara que:

I – Quanto aos aspectos contábeis e patrimoniais relativos ao primeiro semestre de 2019.

Este Conselho, após acompanhamento mensal das informações e dados da **Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil - SICOOB NORTE**, e considerando também o resultado dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente, declara para os fins necessários que as demonstrações contábeis examinadas correspondentes ao primeiro semestre de 2019, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Norte do Brasil - **SICOOB NORTE** em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Velho - RO, 27 de agosto de 2019.



Andreassandro Lemos de Miranda
Coordenador
Conselho Fiscal



Iris Fernando de Castro
Conselheiro Fiscal Efetivo



Pedro Severino da Costa
Conselheiro Fiscal Efetivo
Secretário